

# Meta educacional de 1934 não se cumprirá nem em 2050

Eliane Bardanachvili

Ano 2050. Este é o prazo para que a população escolar entre 15 e 20 anos tenha completado em massa nada mais que a 3ª série do 1º grau, se o ensino continuar no ritmo de hoje: mais de 50% de repetentes entre as crianças matriculadas na 1ª série e um terço da população de 7 a 14 anos fora das escolas. Levando-se em conta que as crianças ficam pelo menos dois anos na 1ª série e outros tantos na 2ª, só se pode assegurar que todas elas tenham passado pela 3ª a partir dos 15. A projeção é o resultado de complexas equações feitas por computador pelo professor Sérgio Costa Ribeiro, pesquisador titular do Laboratório Nacional de Computação Científica e que há dez anos trabalha com Educação.

Sérgio levou em conta nos seus cálculos o ligeiro aumento, a cada geração, do número de estudantes que terminam a 3ª série e o crescimento da população previsto para os próximos 60 anos. Nem então se terá cumprido uma meta prevista na Constituição de 1934 — escolaridade mínima de três anos para todos os brasileiros.

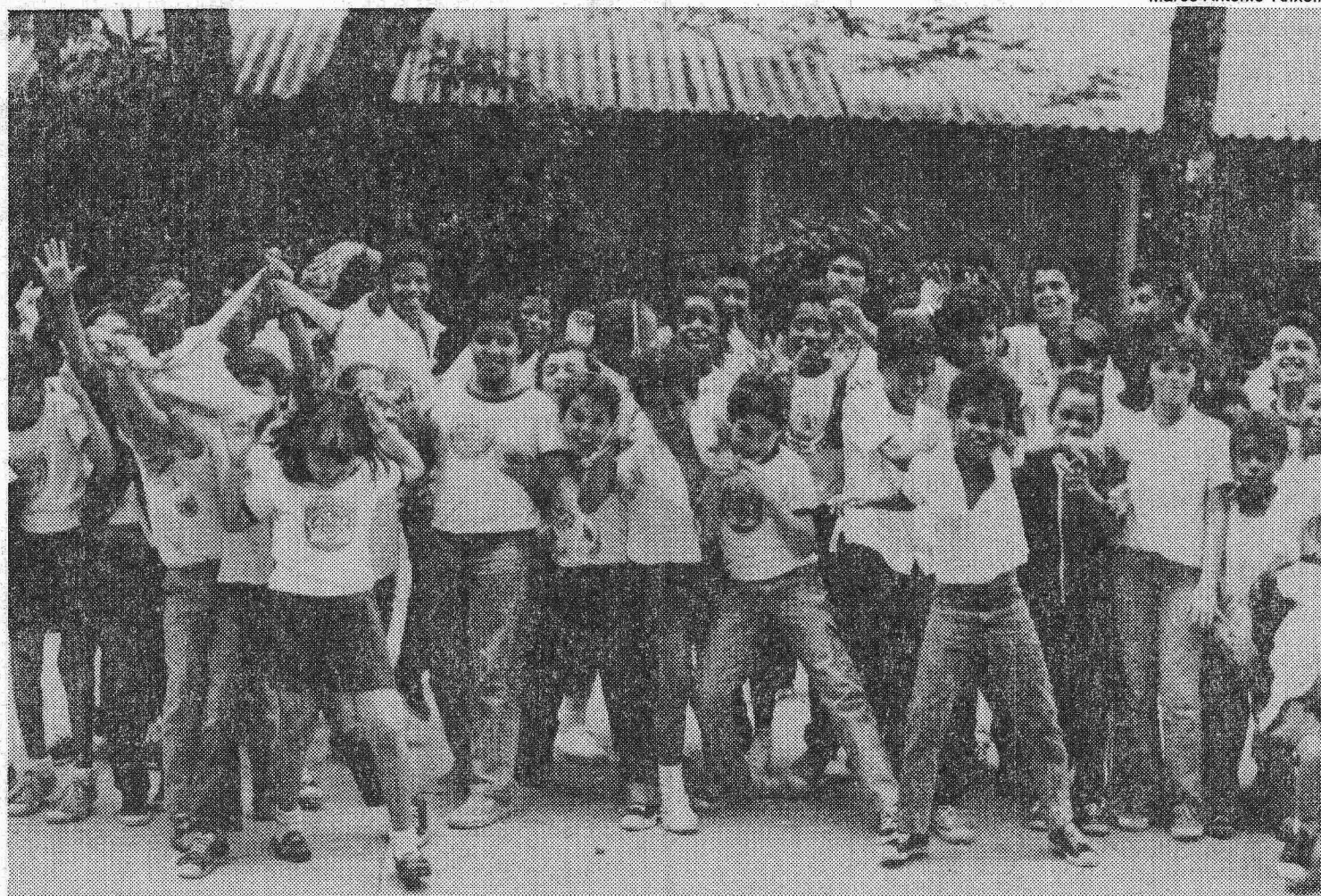
O quadro não é animador, no momento em que circulam no Congresso Nacional dezenas de propostas para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sugerindo com unanimidade para o 1º grau a garantia de acesso e permanência do aluno na escola e do cumprimento das oito séries — feito só realizado por 2% da população, hoje. Diagnosticando na repetência a maior causa do processo emperrado de ensino, os educadores dedicam-se, hoje, a trabalhar em sugestões para enfrentá-la.

Segundo Sérgio Costa Ribeiro, 90% da população entre 5 e 24 anos já estiveram na escola alguma vez e com uma média de permanência de sete anos, tempo quase suficiente para que completassem o 1º grau se as sucessivas repetências não impedissem. “O brasileiro dá importância à educação, do contrário, não ficaria na escola tanto tempo. A escola é que é ruim”, analisa ele, autor do estudo *O ensino do primeiro grau no Brasil de hoje*, com o americano Phillip Fletcher.

**Sugestões** — Eliminar a reprovação da 1ª para a 2ª série, simplificar o currículo de 1º grau, restringindo-o às disciplinas básicas (Português, Matemática, História, Geografia e Ciências), sem dispersar-se com *penduricalhos* como aulas de religião, educação ecológica e língua estrangeira, são alguns meios de tirar as pedras do caminho e garantir um avanço na escolaridade, segundo vários educadores.

Os problemas começam na má iniciação escolar, que impede uma criança de resolver um problema de matemática na 3ª série, por exemplo, simplesmente porque não aprendeu a ler na 1ª. O x do problema está na maneira de se oferecer o conteúdo das matérias ao aluno. A escola impõe um padrão que menospreza as formas populares de expressão em vez de partir delas para ensinar. “Hoje, as crianças são alfabetizadas aprendendo a escrever a palavra torta, sem nunca ter comido uma torta”, exemplifica a assessora de projetos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Maria Selma Rocha. “O aluno pode saber fazer uma soma ou subtração mentalmente, mas a escola o obriga a fazer isso de uma determinada maneira, sem valorizar o que ele conseguiu”, lembra o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, Osmar Fávero.

“Nosso currículo foi muito moldado no modelo europeu, para ser ministrado em 6 ou 7 horas diárias por professores qualificados, quando aqui no Brasil a carga horária não passa de 4 horas diárias. Nas séries iniciais, há expectativa de um desempenho que a criança não pode ter, não se aproveitando seu potencial. O resultado é que nosso sistema reprova maciçamente e conduz à evasão”, explica a pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Elba de Sá Barreto. Ela propõe que haja uma continuidade da 1ª para a 2ª série, sem reprovação, a exemplo



A alegria das crianças esbarra em currículos desatualizados que acabam por afastá-las da escola

do que já vêm experimentando algumas escolas públicas de São Paulo. “Se a criança só atinge 50% do desempenho esperado e é reprovada, não continua o processo no ano seguinte, mas começa tudo outra vez. Isso é altamente prejudicial nesta fase”, acredita Elba.

Uma modificação no currículo pode diminuir o alto índice de evasão da 4ª para a 5ª série — passagem dos antigos primário ao ginásio — que chega a 20% anualmente. Para o professor Divonzir Gusso, um erro presente nas propostas para a nova LDB é continuar sugerindo o funcionamento do ensino por áreas de conhecimento, sem uma integração na maneira de abordar as disciplinas.

“O aluno fica quatro anos lidando com um único professor e, de repente, na 5ª série, passa a ter 12 disciplinas com professores diferentes”, explica. Para sanar isso, a primeira providência deveria ser *enxugar* o currículo. Divonzir acha dispensáveis sugestões como a obrigatoriedade de uma língua estrangeira — a proposta do deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB/MT) chega a sugerir a obrigatoriedade da língua espanhola no currículo, “para unificar os povos latino-americanos” — ou a introdução de educação religiosa e ecológica, presentes nas propostas para a nova lei.

**Realidade** — “Isso é fantasia”, revolta-se Sérgio Costa Ribeiro. “Num sistema integrado, assuntos como ecologia podem ser abordados em matérias como História e Geografia. Não é preciso bombardear o aluno com mais uma matéria”, concorda a professora Elba de Sá, sugerindo também que o estudo de língua estrangeira seja opcional. “O currículo para fins de aprovação deve ser feito sobre as matérias básicas. Isso é mais próximo de nossa realidade.”

Mas a nova lei, ao reafirmar a obrigatoriedade do cumprimento das oito séries do ensino fundamental, renova a cobrança de solução para um outro problema antigo que provoca a evasão escolar da 4ª para a 5ª série: a falta de estabelecimentos de ensino acessíveis. Há municípios que só têm escolas de 1ª a 4ª séries. “A lei 5.692, de 1971, foi ambiciosa demais ao considerar oito séries para o ensino básico, sem ampliar de maneira suficiente a oferta de vagas”, avalia Sérgio Costa Ribeiro.

## Criatividade é base para currículo

Para atender à nova clientela das escolas públicas — formada por alunos de baixa renda —, o que os educadores querem da nova Lei de Diretrizes e Bases é abertura bastante para que as próprias escolas decidam de que maneira organizar e administrar seus currículos. “Quem está face a face com o aluno é que pode decidir o que oferecer a ele”, justifica a presidente da Associação Nacional de Educação (Aned), Sonia Penin. Ela crê que quanto mais o professor se envolve com seu trabalho, mais comprometido estará com ele.

Partir da língua oral ao invés da língua escrita é a proposta que vem sendo testada nas escolas do município do Rio, a partir de um projeto da Secretaria de Educação. “O aluno falar em sala de aula sempre foi sinônimo de bagunça. Agora, queremos que seja o contrário. Depois que a criança souber usar a língua é que ela vai classificar as palavras em substantivos, pronomes e adjetivos”, explica Marcia Moreira Borges, do Departamento de Ação Pedagógica da Secretaria.

Marcia conta, por exemplo, que é muito comum o aluno separar sílabas num exercício específico para isso mas não saber fazê-lo na hora de escrever um texto. “É preciso criar situações que vão obrigá-lo a separar as sílabas”.

A professora Diva Noronha, pesquisadora de metodologias para o ensino da Matemática, descobriu, por exemplo, que poderia ensinar alunos a somar levando-os a uma praça, com dois escorregadores, para que eles vissem de quantas maneiras seis crianças poderiam se distribuir para utilizar o brinquedo. “Não é a Matemática que as crianças não aprendem, mas aquilo que se

costuma dar na escola com o nome de Matemática”, diz Diva, que trabalha no Centro de Ciências da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, no Rio. “Não se pode ensinar a somar mandando a criança escrever um número debaixo do outro e pronto”, diz.

Na Escola Municipal Lucia Miguel Pereira, em São Conrado, que reúne 461 crianças das favelas da Rocinha e das Canoas, os professores estão experimentando um sistema inédito. Começa pela avaliação dos alunos, que é realizada diariamente, através de exercícios de observação. “Não há necessidade de fazer as provas bimestrais convencionais porque o professor está em contato próximo com o aluno”, afirma a diretora Roseli Runte Ribeiro, 46 anos.

**Bons resultados** — A escola utiliza o método lingüístico da pedagoga Heloisa Villas Boas. “A criança não fica só recebendo informação, mas participando. O professor não dá respostas prontas e acabadas. Ele encaminha, mostra os passos”, explica Regina Varanda Pacheco, supervisora da escola.

Os resultados têm sido surpreendentes. Quando assumiu a direção, em 1985, as turmas começavam o ano letivo com 40 crianças e geralmente terminavam com 25. Só 43% dos alunos da 1ª série eram promovidos à 2ª. Esse número foi gradativamente aumentando até chegar a 71% no ano passado. “Gosto muito de tudo aqui”, declara José Ernani Barbosa, 13 anos, aluno da 4ª série, que mesmo tendo se mudado da Rocinha para o Caju não hesita em tomar três ônibus todos os dias para chegar à escola. “Pedi a minha mãe para me deixar ficar”, conta.

## Salário-educação não cumpre função

Os 2,5% que as empresas públicas e privadas têm que recolher sobre sua folha de pagamento para o salário-educação não são totalmente empregados na expansão do ensino público, como previsto nas leis anteriores. Segundo a professora Lúcia Neves, da Universidade Federal de Pernambuco, que pesquisa os destinos do salário-educação para a Anped, 50% da verba arrecadada são desviados para a rede privada de ensino.

O erro está em se abrir para as empresas a possibilidade de pagar com o salário-educação bolsas de estudos na rede privada para os funcionários e seus dependentes. “Há casos inclusive de bolsas-fantasmas, das quais a escola privada se beneficia, sem matricular aluno nenhum”, denuncia Lúcia. “É mais barato para o governo deixar que a educação seja administrada pela rede priva-

da, mas é preciso defender o acesso à educação gratuita de qualidade”.

Para a nova Lei de Diretrizes e Bases, a Anped propõe que se elimine a opção de aplicar o salário-educação em bolsas de estudos ou qualquer outra que destine o dinheiro à rede privada, com exceção de empresas que queiram abrir escolas para seus funcionários. E, para se evitar a desvalorização do dinheiro por causa da longa trajetória que percorre até chegar aos municípios, a Anped faz uma exigência óbvia, nesses tempos de hiperinflação iminente: que haja correção monetária. “Isso não acontece hoje e, às vezes, o dinheiro demora quase um ano para chegar”. Por onde ele passa durante este tempo, segundo ela, é difícil dizer.

## As várias idéias para melhorar o professor

Sob o nome de Fundamentos da Educação esconde-se um dos principais problemas da formação do professor de 1º grau nas escolas normais. É nessa única disciplina que o futuro professor recebe, naturalmente em rápidas pinçelas, noções de Psicologia, Sociologia e Filosofia da Educação, fundamentais para que ele tenha um bom relacionamento com seus alunos. Por causa da deficiência das escolas normais, algumas propostas para a Lei de Diretrizes e Bases, como a da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), estão sugerindo que o professor primário tenha formação universitária. O tema gera polêmica.

“Queremos transformar os Fundamentos em várias matérias, para que a professora tenha tempo suficiente de aprender o que significam as desigualdades sociais, as diferenças culturais entre ela e seus alunos e tenha mais facilidade de adaptar-se às suas turmas, sem programas burocráticos, prontos”, explica a professora Zélia Mediano, do departamento de Educação da PUC, uma das autoras da pesquisa *Recriando a escola normal* e defensora ferrenha do curso de nível médio, em vez do superior, para formar o professor. Ela acredita que não se deve desperdiçar, mas valorizar, este espaço dedicado especialmente aos professores que vão enfrentar o 1º grau.

A primeira providência é aumentar a duração do curso normal de três para quatro anos. “É preciso tempo, não só para desmembrar matérias ligadas à Didática e à Pedagogia, como para ensinar o óbvio às futuras professoras: o currículo de 2º grau, que nas escolas normais fica relegado a segundo plano. “Como as alunas têm que aprender a ensinar as matérias do 1º grau, acabam se restringindo a fazer esse 1º grau novamente”, explica Zélia. “O resultado é que a professora nunca sabe mais do que aquilo que está ensinando e isso a deixa frágil, insegura”.

**Nova realidade** — A experiência dos quatro anos já está em vigor em Minas Gerais, que aumentou a carga horária das escolas normais das 2.200 horas/aula, obrigatórias por lei, para 3.480. Com a medida, a carga horária das disciplinas básicas, como Matemática e Biologia, foi equiparada à das demais escolas de 2º grau e o estágio preparatório passou de 90 para 120 horas/aula. “É necessário elevar a competência do professor. Sem isso, as crianças continuarão passando oito anos nas quatro primeiras séries”, justifica Maria Eliana Novaes, diretora de ensino da Secretaria de Educação mineira.

Zélia Mediano explica que a lei 5.692, de 1971, ao criar cursos profissionalizantes de 2º grau, desvalorizou a escola normal. A medida possibilitou o surgimento de cursos que, sem condições, diziam-se de formação de professores, jogando profissionais desqualificados no mercado. Só no município do Rio de Janeiro, os cursos de formação de professores aumentaram de seis, na época da criação da lei, para 167, hoje.

“A escola normal perdeu o lugar”, acredita Osmar Fávero, presidente da Anped, um defensor da formação superior para os professores de 1º grau. “Ela pode ser um estágio conveniente na formação do professor, mas o curso superior é que vai ampliar a visão desse profissional. Certos conceitos de psicologia e sociologia são de maturação demorada. É preciso ter mais idade, mais experiência”, acredita Osmar. Para ele, é “tático” concentrar a formação do professor na escola normal no Brasil, já que muitos professores nem isso têm. “Mas dar preferência ao 3º grau é olhar para o futuro”.

De qualquer maneira, as faculdades de Educação precisam de transformações tanto quanto as escolas de professores. Hoje, elas oferecem a opção ao aluno de formarem-se como supervisores ou administradores, em vez de professores. “Queremos que a formação seja para o magistério, como um todo. Numa etapa posterior é que o aluno, se quiser, se especializará em outras funções”, planeja Fávero.

Participaram: Daniel Styer (Rio), Karina Pastore (São Paulo), Miguel Sodré (Belo Horizonte) e Rosângela Bittar (Brasília).